

TIVO TRIBUTÁRIO. NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. Falece competência à primeira instância administrativa para agir como autoridade lançadora, alterando o auto de infração lavrado para impor penalidade não cogitada no lançamento de ofício. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeetoria de origem

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 03/08/2021

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 76.294 - Processo nº. E-04/211/434/2018. - Recorrente: MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro: Ricardo Garcia de Araujo Jorge. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a preliminar de decadência parcial do crédito tributários; quanto à preliminar de nulidade da decisão de primeira instância, por unanimidade de votos, foi rejeitada; e, no mérito, foi desprovido o recurso voluntário, todos os votos nos termos do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.599. - EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. DECADÊNCIA PARCIAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Não se constatando a hipótese de dolo, fraude ou simulação, o prazo decadencial se inicia a partir do fato gerador da obrigação tributária, com fulcro no § 4º do artigo 150 do CTN. DECADÊNCIA PARCIAL ACOLHIDA. ICMS - ARGUIÇÃO DE NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. A jurisprudência deste CCRJ é forte no sentido de que, tendo o julgador encontrado fundamentação suficiente para proferir sua decisão, não está obrigado a responder, discriminadamente, a todos os argumentos levantados pela parte. PRELIMINAR REJEITADA. ICMS - SAÍDAS DE COMBUSTÍVEL SEM DOCUMENTO FISCAL. Comprovado na instrução processual a saída de combustível sem documento fiscal. Contribuinte, apesar dos esforços envidados, não conseguiu dirimir a assertividade do lançamento. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeetoria de origem

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 17/08/2021

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 76.841 - Processo nº. E-04/036/142/2017. - Recorrente: CENTURYLINK COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA (LEVEL 3 COMUNICAÇÕES DO BRASIL). - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relatora: Conselheira: Fábja Trope de Alcântara. - DECISÃO: Por maioria de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do auto de infração, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Vencido o Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge que se pronunciou pela declaração de voto. Quanto ao mérito, por maioria de votos, foi desprovido o recurso voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Vencido o Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge que apresentará declaração de voto. - Acórdão nº. 18.625. - EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. PRELIMINAR DE NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. Auto de infração que contém, desde o início, todos os elementos necessários à sua validade. Relato que informa o fundamento da exigência, que foi a prestação de serviços onerosos de comunicação, sujeitos à incidência do ICMS, acompanhados de notas fiscais de comunicação emitidas sem destaque do imposto, classificadas pelo emitente-prestador como amparadas por isenção ou não incidência. Indicação correta de dispositivos legais pertinentes. Processo administrativo tributário no curso do qual foi garantido o exercício pleno do direito de defesa. Dúvidas ensejadas no decorrer do processo devidamente esclarecidas pelas diligências realizadas. Inocorrência de alteração dos critérios jurídicos iniciais. PRELIMINAR DE NULIDADE REJEITADA. ICMS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO. O ICMS incide sobre a prestação onerosa de serviço de comunicação. É legítima e exigência do ICMS sobre a prestação de serviços de comunicação propriamente dito. Da mesma forma, correta a cobrança do imposto sobre a cessão de meios de rede ao prestador do serviço ao usuário final, quando o serviço for cobrado, na hipótese de o tomador do serviço não contar do rol das empresas relacionadas no Ato COTEPE nº 13/2013. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeetoria de origem.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 06/10/2021

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 77.235 - Processo nº. E-04/079/1242/2019. - Recorrente: REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro: Ricardo Garcia de Araujo Jorge. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a nulidade dos atos anteriores e determinada a remessa dos autos à Junta de Revisão Fiscal para julgamento de primeira instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.696. - EMENTA: ICMS - PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. REQUERIMENTO DE LIQUIDAÇÃO DE DÉBITO FISCAL VIA COMPENSAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS ADQUIRIDOS PELO CONTRIBUINTE. COMPETÊNCIA DECISÓRIA DOS ORGÃOS COLEGIADOS JUDICANTES. Na ausência de previsão legal específica, caberá aos órgãos colegiados judicantes da administração fazendária, o julgamento de requerimentos desta natureza ou similares. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO PROFERIDA PELA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ACOLHIDA POR UNANIMIDADE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeetoria de origem

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 03/08/2021

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 77.245 - Processo nº. E-04/211/14912/2019. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: AM LOG E TRANSPORTES EIRELI - Relator: Conselheiro: Ricardo Garcia de Araujo Jorge. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhido a preliminar de nulidade da decisão recorrida, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.602. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Há que se anular a decisão de primeira instância que imputou nulidade onde a mesma não ocorreu, devendo os autos retornarem à Junta de Revisão Fiscal para novo julgamento com o enfrentamento do mérito do litígio. O relato do auto mostra-se claro e inteligível, com a descrição circunstanciada do fato punível, com o apontamento preciso dos dispositivos legais infringidos, assim com a penalidade correlata. PRELIMINAR DO DECISUM ACOLHIDA POR UNANIMIDADE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeetoria de origem

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 17/12/2021

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 77.886 - Processo nº. E-04/079/2696/2019. - Recorrente: TAIT COMUNICAÇÕES BRASIL LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro: Ricardo Garcia de Araujo Jorge. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a preliminar de nulidade da decisão recorrida, nos termos do voto do Conselheiro

Relator. - Acórdão nº. 18.804. - EMENTA: ICMS - PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. NULIDADE DA DECISÃO RECORRIDA. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. Falece competência à primeira instância administrativa para agir como autoridade lançadora, alterando o auto de infração lavrado para impor penalidade não cogitada no lançamento de ofício. RECURSO DE OFÍCIO PROVIDO PARA ANULAR A DECISÃO RECORRIDA. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeetoria de origem

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 15/06/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 79.102 - Processo nº. E-04/020/495/2017 - Interessada: EZHUR EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.996 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 22/06/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 79.104 - Processo nº. E-04/020/494/2017 - Interessada: EZHUR EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi desprovido o recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 19.005 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 22/06/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 79.111 - Processo nº. E-04/006/1963/2017 - Interessada: ARANY ADORNOS LTDA. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi desprovido o recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 19.006 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 15/06/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 79.114 - Processo nº. E-04/211/21402/2019 - Interessada: MARGRAMAR GRANITOS LTDA - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Rubens Nora Chammas. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi desprovido o recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.995 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 09/03/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recursos nºs. 77.840 e 77.841. - Processos nºs. E-04/211/16093/2020 e E-04/211/16617/2019. -Recorrente: WERNER FÁBRICA DE TECIDOS S.A - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge. - DECISÃO: Por maioria de votos, foi negado provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencido o Conselheiro Antonio Silva Duarte que votou pelo provimento do recurso - Acórdãos nºs. 18.877 e 18.878. - EMENTA: ICMS - OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO COM DIFERIMENTO DO IMPOSTO ESTADUAL. LEI 6331/2012 (ART. 9º). O diferimento de que trata a lei de fomento à indústria têxtil fluminense, só contempla as aquisições de máquinas, equipamentos e instalações industriais, destinados a compor o ativo fixo, bem assim partes, peças, acessórios necessário à montagem desses bens do ativo, hipótese que em nada se assemelha a tratada nos autos. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeetoria de origem

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 05/04/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 78.483 - Processo nº. E-04/211/13168/2021 - Interessada: MVX COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi desprovido o recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.922 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 05/04/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 78.722 - Processo nº. E-04/211/9863/2021 - Interessada: GLOW TECIDOS LTDA. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi desprovido o recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.918 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 27/04/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 78.873 - Processo nº. E-04/211/9977/2021 - Interessada: MASTER DIAGNÓSTICA PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARES LTDA. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.941 - EMENTA:

ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 11/05/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 78.906 - Processo nº. E-04/211/8584/2021 - Interessada: TEXTIL MN COMÉRCIO DE TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.951 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 21/06/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação Processo nº SEI-040087/000031/2020.

Recurso nº. 78.989 - Processo nº. E-04/211/7202/2021 - Interessada: COL CENTRO OESTE LOGÍSTICA LTDA. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi desprovido o recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 18.999 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Id: 2413359

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 02/08/2022

PROC. Nº SEI-040161/009281/2022 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666/93, em favor DA EMPRESA CONSULTRE-CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, no valor de R\$ 15.210,00 (quinze mil e duzentos e dez reais). OBJETO: Contratação da empresa Consulstre-Consultoria e Treinamento Ltda para disponibilização do curso e-Social: Escrituração Pública Digital da Folha de Pagamento.

Id: 2413389

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

ATA DE REUNIÃO

Às 10:00 horas do dia 03 de agosto de 2022, no departamento de LICITAÇÃO, 2º andar, situada a Rua Campo de São Cristóvão 138, na cidade do Rio de Janeiro RJ, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação - CPL, presentes os membros: LIANDRO MARINHO RODRIGUES como Presidente, FREDERICO BRANDÃO LORENZONI e GABRIELLA FELIX CUPOLILLO como Membros Titulares e MARIA SOLANGE BORGES DE OLIVEIRA como membra efetiva. Para a deliberar sobre a documentação complementar, protocolada em cumprimento com o prazo estipulado no Art. 48§3 da Lei Federal 8.999/93, bem como o resultado de final da habilitação referente a TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022/SEINFRA que visa a contratação de empresa para elaboração de projeto executivo e execução de obra para construção de praça com campo de futebol Society, Vestiário e Quiosques, processo administrativo nº SEI-170026/002018/2021, com valor estimado de R\$ 1.881.952,57 (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos). Cumpre-nos destacar por necessidade formal que as licitantes, protocolaram dentro do prazo a devida documentação complementar indexadores sei nº 36811087, 37138373, 37138807 e 37138599 em cumprimento ao prazo concedido amparado no Art. 48 §3 da Lei Federal 8.666/93, para a regularização da documentação faltante na documentação de habilitação apresentada na primeira sessão. Após recebimento da documentação complementar, o presidente da CPL encaminhou a documentação da empresa SOUZA SERVIÇOS TECNICOS EM ENGENHARIA LTDA ao suporte técnico responsável pela análise da documentação apresentada, onde através do parecer técnico indexador sei nº 37140758 a Engenheira Civil Leila Figueiredo informa que em análise da documentação apresentada a licitante apresentou características e quantidades para PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE CONCRETO, sendo apresentado em partes para a execução dos serviços definidos no item 8.5.6.1 do edital, orientando a CPL que proceda com a INABILITAÇÃO da mesma. No que toca à documentação apresentada pelas empresas ADRIK MATERIAIS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME e DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, após análise realizada a CPL informa que os mesmos cumpriram com o solicitado, após prazo concedido amparado no Art. 48 §3 da Lei Federal 8.666/93, passando a ficarem HABILITADOS em prosseguir no certame. Diante do manifesto elencado, amparado no parecer técnico a CPL declara a empresa SOUZA SERVIÇOS TECNICOS EM ENGENHARIA LTDA INABILITADA do certame pelo não cumprimento em sua totalidade do item 8.5.6.1 e declara as empresas ADRIK MATERIAIS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME e DE SÁ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, HABILITADAS a prosseguir no certame, após regularização da documentação com amparo legal no Art. 48 § 3º da Lei Federal nº 8.666/93. Quanto a intenção de interposição de recurso contra a decisão da CPL, esta ATA será devidamente publicada em DOERJ para que as licitantes participantes do certame possam manifestar seu direito de recurso, referente a documentação complementar apresentada e decisão desta CPL em conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 1993 com base no seu artigo nº 109. Cabe ressaltar que toda documentação apresentada, estará à disposição dos interessados junto ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI/RJ. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, lavrando-se a presente Ata, que, lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente e Equipe de Apoio.

Id: 2413624

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA EMOP Nº 845 DE 02 DE AGOSTO DE 2022

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o estabelecido nos artigos nos 213 a 216 do Regulamento de Licitações e Contrato da EMOP, e a indicação do Diretor de Planejamento e Projetos (36944151);

RESOLVE:

Art. 1º- Alterar a composição da comissão, constituída pela Portaria EMOP nº 700 de 06 de abril de 2022 (31065522), publicada no DOERJ de 11/04/2022 (31272674), cuja comissão consiste na gestão e fiscalização, da Prestação de Serviços de Campanha de Investiga-